

Evandro Rodrigues

***CICATRIZES:
ensaio sobre as línguas africanas no Brasil***



2ª edição

Katarina kartonera

Florianópolis

2012

Capa feita com papelão comprado na via pública de Florianópolis e pintada à mão, em novembro de 2012, no atelier da Editora Katarina kartonera.

CICATRIZES: ensaio sobre as línguas africanas no Brasil

Evandro Rodrigues

Editor responsável, projeto gráfico e capa: *Evandro Rodrigues*

Conselho editorial: *Dirce W. do Amarante e Sérgio Medeiros*

RODRIGUES, Evandro. *CICATRIZES: ensaio sobre as línguas africanas no Brasil*. Florianópolis — SC. Ed. Katarina Kartonera, 2012, 2ª edição, p. 34

Agradecemos ao autor pela cooperação, autorizando a publicação deste livro.

Editora katarina kartonera

Florianópolis — SC

Contatos e pedidos

www.katarinakartonera.wikidot.com

Evandro Rodrigues

evandrokartom@gmail.com

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição poderá ser reproduzida sem autorização desta editora.

**“Kinin Kan nbelódo
irê irêninjê ô irê”.** (em nagô-iorubá)

Tradução: O que está na fonte é bom e para bom efeito.

ÍNDICE

	Apresentação, p.7
	I – Estudos relativos ao tema, p. 9
	II – O projeto Português de colonizar e evangelizar, p.13
III –	Dominação e resistência: a identidade africana posta em conflito, p.15
IV –	As línguas africanas foram introduzidas juntamente com os seus falantes, p.18
	V – As línguas africanas encontradas no Brasil, p.20
VI –	Fatos e fenômenos que contribuíram para a extinção das línguas africanas, p.21
VII –	A extinção das línguas africanas no Brasil efetivou-se pelo processo histórico de perseguição e repressão, resultado do projeto de implantação do monolinguísmo português, p.28
VIII –	Sobrevivências linguísticas das comunidades africanas, p.33
	IX – A comunidade do Cafundó, p.34
	Epílogo, p.37
	Referencial bibliográfico, p. 38

APRESENTAÇÃO

Em 2004, na Universidade Federal de Santa Catarina, tive a oportunidade de conhecer a sociolinguística. Então, convidado para realizar uma pesquisa dentro desta área da linguística, resolvi procurar entender o que havia acontecido com parte do patrimônio cultural afrobrasileiro: suas línguas.

Os últimos números estatísticos registravam no Brasil uma população afrodescendente de cerca de sessenta e três milhões de pessoas (dados do recenseamento por domicílio de 1996), perfazendo a maior população negra fora do continente africano, só perdendo em quantidade populacional para o país da Nigéria. Estranhei o fato de não haver entre estes sessenta e três milhões de afrodescendentes brasileiros nenhum registro das línguas de origem africana, todos configurando apenas como falantes do português, idioma do colonizador.

Os motivos que levaram ao desaparecimento dessas formas etnolinguísticas podem ser encontrados quando se desdobra o reconhecimento do processo de introdução daquela população, pelas formas de como se incorporaram e de como foram reprimidas, por exemplo: contato, criouliização, integração ou exclusão, as repressões linguísticas até o glotocídio. Fatos que estão interligados e com relação a estas comunidades de origem africanas são resultado de um processo histórico, político, econômico e social de dominação promovida pelas sucessivas elites brasileiras. Processo ideológico que teve início já a partir do tráfico negreiro, o escravismo, e se estendeu pelos caminhos da homogeneização da língua portuguesa e pela busca da unidade social e política deste país.

Para esta pesquisa chegar a um resultado razoável houve a necessidade de se atravessar barreiras muito fortes, principalmente no que é o seu cerne, a falta de bibliografia. A carência dentro deste assunto é notória e admitida pelo Governo Federal, que instituiu o ensino de conteúdo de História Africana e da cultura Afrobrasileira nas escolas de ensino fundamental e médio, lei Federal 10.639/03. Existe também no município de Florianópolis desde 1994 a lei número 4.446/96, apresentada pelo vereador Márcio Souza, instituindo a obrigatoriedade de conteúdos de história Afrobrasileira nas escolas públicas e particulares de ensino fundamental. Há um forte indício de que ambas as leis tenham tido pouca eficácia.

Outra observação que também julguei importante foi saber da ausência no curso de história da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina (até o ano de 2003) de sequer uma única disciplina sobre a história africana ou sobre os afrodescendentes; já houve entre 1979 e 1984, mas desapareceu da grade curricular e uma das justificativas para fechá-la foi justamente a falta de material: "... conforme o professor Dr. Ernesto A. Ruiz que foi um dos ministrantes dessa matéria, faltavam

referências bibliográficas para abordar o tema e a disciplina tornava-se desinteressante”¹.

Durante a coleta de registros, que determinou quase 2/3 desta pesquisa, analisei o caso com atenção, e a partir do primeiro capítulo descrevo algumas dificuldades que porventura poderá enfrentar um colega pesquisador, principalmente da área linguística. É importante notar que aí estará se frisando os caminhos bibliográficos tomados para esta própria realização. Obviamente é um trabalho que carece de mais fôlego, contudo, é revelador. Trata-se de uma pequena contribuição aos esclarecimentos em torno da formação do povo brasileiro, melhor, uma busca pela liberdade das trevas do esquecimento, da omissão, conseqüentemente da ignorância e da escravidão do preconceito.

Florianópolis, 20 de novembro de 2012, dia da Consciência Negra.

¹ Garcia, Fábio. **UMBUTU**. In: Revista do Grupo de Trabalho de Etnia Gênero e Classe (GETEGC) da Associação dos Professores da UFSC. Florianópolis, 2004. p.5

I – ESTUDOS RELATIVOS AO TEMA

A partir de delimitada a problemática “como foram introduzidas, incorporadas e reprimidas as línguas africanas no Brasil?”, o primeiro passo necessário era coletar materiais e selecionar aqueles que serviriam como base para o referente estudo. Porém, o difícil deste trabalho foi encontrar material adequado. Observa-se que a maioria dos estudos registrados sobre os negros no Brasil ficaram em um plano muito superficial, e deixaram a desejar elementos mais profundos a respeito das estruturas culturais, de valores, das línguas. Faltavam arquivos que pudessem constar a cerca da identidade destes povos e de suas relações no tempo e espaço na história do Brasil. Então, não se perdeu tempo e a busca realizou-se com a ajuda da linguística e outras áreas como da história, sociologia, antropologia e até da economia. O professor Victor Leonardi em seu livro *Entre Árvores e Esquecimento*², comentando sobre o trabalho escravo de negros e índios no Brasil, descreve que mesmo havendo nesta área alguma bibliografia estes estudos não significam que sejam eles profundos, e baseia-se numa citação do historiador C. Flamariom Cardoso:

(...) se compararmos a bibliografia brasileira, ou sobre o escravismo do Brasil, como a que se refere às estruturas e a dinâmica escravistas do sul dos Estados Unidos e das Antilhas (principalmente as britânicas), constataremos de imediato graves lacunas, não só ao nível da problemática abordada, como também do ponto de vista da metodologia.

A maior parte dos trabalhos realizados até aqui, principalmente os “tradicionais”, são relatos muitas vezes sobre dados estatísticos, numéricos, fatos já consagrados e assimilados, repetições quase sempre com o ponto de vista do vencedor. Aqui não está se desprezando estes documentos, mas apenas questiona-se a falta de elementos mais consistentes e as relações de juízos de valores tendenciosos embutidos.

Para começar, recorda-se que o Brasil foi o último país do mundo a abolir de fato a escravidão do negro, trezentos anos de trabalho escravo, de subjugações, moral, psíquica e física, uma das maiores marcas de violência contra o ser humano praticada na história da humanidade. Registra-se o fato da quase inexistência de documentos oficiais que poderiam ajudar a esclarecer melhor e sanar muitas dúvidas. Todavia, por que sumiram? Rodrigues de Carvalho nos revela um dado muito importante dizendo que, a partir da abolição da escravatura, através da lei de 13 de maio de 1888, no Brasil

(...) houve um sopro da demagogia no sentido de se queimarem os arquivos em que por ventura, se

² LEONARDI, Victor. *Entre Árvores e esquecimentos*. Ed. Paralelo 15. Brasília, 1996.

encontrassem provas de ter existido escravos neste país... Ruy Barbosa, Ministro da Fazenda e presidente do Tribunal do Tesouro Nacional, através de um decreto, mandou queimar todos os papéis, livros de matrícula e documentos relativos à escravidão existentes no Ministério da Fazenda³.

Esta atitude sem dúvida foi um ato criminoso, pois apagar a história da escravidão no Brasil era também tentar apagar a identidade daqueles, jogá-los ao esquecimento de si próprio. Eis o decreto despachado pelo Sr. Ruy Barbosa:

(...) consideramos que a nação brasileira, pelo mais sublime lance de sua evolução histórica, eliminou do solo da pátria a escravidão – a instituição funestíssima que por tantos anos paralisou o desenvolvimento da sociedade, inficcionou-lhe a atmosfera moral; considerando que a República está obrigada a destruir esses vestígios por honra da pátria, e em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que pela abolição do elemento servil entraram na comunhão brasileira;

Resolve:

1º – Serão requisitados de todas as tesourarias da fazenda todos os papéis, livros e documentos existentes nas repartições do Ministério da Fazenda, relativos ao elemento servil, matriculas dos escravos, dos ingênuos, filhos livres de mulheres escravas e libertos sexagenários, que deverão ser sem demora remetidos a esta capital e reunidos em lugar apropriado na recebedoria.

2º – Uma comissão composta dos Srs. João Fernandes Clapp, presidente da confederação abolicionista, e do administrador da recebedoria desta capital, dirigirá a arrecadação dos referidos livros e papeis e procederá á queima e destruição imediata deles, que se fará na casa da machina da alfândega desta capital, pelo modo que mais conveniente parecer à comissão.

Capital Federal, 14 de dezembro de 1890. Ruy Barbosa⁴.

A queima de arquivo igualmente foi lembrada pela professora Lilia Moritz Schwarcz, quando em *Negras Imagens* demonstra sua preocupação com o assunto “memória” e afirmando que, mesmo com estes descasos atroz, é possível reconstruir a história:

[...] Por fim, a última intenção foi de alguma maneira demonstrar como, apesar dos estragos que fez Rui Barbosa – que cometeu uma dupla gafe ao dizer que ‘apagaria o nosso passado negro’ e queimaria todos os documentos que

³ II Congresso Afro-brasileiro (Bahia), 1937. *Novos estudos afro-brasileiro*. p.15

⁴ Idem p. 15, 16

encontrou referentes à escravidão, é possível reconstruir, por meio de imagens e documentos, fragmentos de uma história bastante silenciada, mas tão presente entre nós⁵.

Esconder o resultado catastrófico do genocídio e do apagamento de culturas, dos valores, da identidade destas nações e do glotocídio das línguas africanas sempre foi parte das ideologias conservadoras, que se empenharam nas mais amplas esferas para consolidar e reafirmar o estado conservador no Brasil. Sempre foi a mentalidade destes impor a língua portuguesa como padrão, mesmo que para isto deveriam estigmatizar as demais, baseando-se em discursos preconceituosos e até racistas.

Por volta de 1888, ano da abolição, encontra-se Silvio Romero, em *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, dizendo:

É uma vergonha para a ciência do Brasil que nada tenhamos consagrado de nossos trabalhos ao estudo das línguas e das religiões africanas. Quando vemos homens, como Bleek, refugiarem-se dezenas e dezenas de anos nos centros da África somente para estudar uma língua e coligir uns mitos, nós que temos o material em casa, que temos a África em nossas cozinhas, como a América em nossas selvas, e a Europa em nossos salões, nada havemos produzido neste sentido! É uma desgraça (...) vamos levemente deixando morrer os nossos negros da Costa como inúteis, e iremos deixar a outros o estudo de tantos dialetos africanos, que se falam em nossas senzalas! O negro não é só uma máquina econômica; ele é antes de tudo, malgrado sua ignorância, um objeto de ciência

Nota-se, porém, que mesmo havendo ao longo dos tempos defesas como esta, muitas se apresentaram parciais, com vestígios ainda raciais e preconceituosos, balizados por ideologias como as positivistas portanto viam em cunho determinista, transformando tudo em ciência, visões etnocêntricas, em posições priviligiadas de entender. Está presente naquela defesa capciosa de Romero ao dirigir-se às línguas africanas como apenas dialetos ou para o negro como objeto de pesquisa. Vejamos o que diz Alvarez:

Ao meu ver, a falta de trabalhos lingüísticos sobre a participação de falantes de línguas africanas na constituição histórica do português brasileiro é um produto das ideologias racistas que marcaram e ainda marcam as atitudes lingüísticas, contribuindo para a estigmatização das línguas africanas e das variantes lingüísticas afro-brasileiras (assim como à inferiorização de seus falantes), cujo estudo não se

⁵ SCHWARCZ, Lília Moritz; REIS, Leticia Vidor de Sousa. *Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP, Estação Ciência, 1996, p.28

valoriza. Acredito ainda que a própria linguagem pode sofrer influências decorrentes de tais atitudes lingüísticas discriminatória (por exemplo a padronização da linguagem, processo que europeiza o português brasileiro). (...) Vimos como as idéias presentes na sociedade foram legitimadas por textos científicos que determinam atitudes lingüísticas e, por sua vez, forma e funções da linguagem. Assim, a falta de textos lingüísticos sobre um tema específico demonstra uma falta de interesse por parte das instituições acadêmicas, fato que revela um posicionamento que consiste em ignorar uma área de estudos que carece de prestígio por razões ideológicas (cf.astro 2001)⁶

Yeda de Castro, professora da UFBA – Universidade Federal da Bahia, e integrante do comitê científico brasileiro do *Projeto Rota do Escravo*, na UNESCO, assim responde a pergunta “por que pouco se estuda essa influência, se é assim tão profunda?” feita pela entrevistadora do *Jornal do Brasil*, usando a língua banto como exemplo:

Há pouca informação sobre as línguas banto no Brasil. A posição das nossas universidades é não admitir que línguas sem tradição de letras, sem escritura, pudessem influir numa língua de tradição literária como a portuguesa. Passa-se a idéia de que os africanos só começaram a falar língua de gente quando aprenderam o português, como se antes não falassem língua humana nenhuma⁷.

Poucos e polêmicos houve pesquisadores que realizaram estudos sobre as comunidades linguísticas africanas. Nina Rodrigues foi um deles, também influenciado pelas idéias francesas, o positivismo do final de século XIX, assim como a maioria dos intelectuais brasileiros desta época. Rodrigues, mesmo apresentando idéias segundo as quais os africanos seriam de raça inferior e que introduziram no Brasil vestígios de uma religião atrasada que se misturou com outras crenças, escreveu *Os Africanos no Brasil*⁸, importante (reliquia) registro com uma lista de africanismos linguísticos.

Alvarez comenta que Renato Mendonça, em *A influência africana no português do Brasil*, e Jacques Raimundo, com *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, publicaram obras pioneiras que chegavam à conclusão de que a maioria dos aspectos que caracterizavam o português brasileiro se devia à influência das línguas africanas, principalmente ao quimbundo e o iorubá (estas duas línguas teriam sido usadas no Brasil no período da colonização como línguas gerais pelos negros, a última na Bahia e a primeira em outros estados):

⁶ <http://www.lai.sv./nolan/papers/Alvarez.doc>

⁷ www.jocarb.com.br

⁸ RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. Ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988.

Estes livros foram publicados em 1933 (quase 20 anos após a morte do autor Nina Rodrigues), época na qual a ideologia nacionalista, que tinha marcado o movimento modernista desde a década anterior, orientava os estudos filológicos para a busca de elementos autóctones diferenciadores a partir da presença de línguas indígenas e africanas⁹.

Já Serafim da Silva Neto, *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, diz que a unidade linguística no Brasil seria a consequência direta da colonização heterogênea, do contato entre colonos de dialetos diferentes de Portugal, cujos vários falares teriam se mesclado, perdendo as suas respectivas particularidades regionais, passando pelo processo que descreve como “koiné” na região do litoral até chegar a uma unificação, uma língua geral portuguesa. Sendo assim, esta seria a marca de diferenças entre o português europeu e o brasileiro. Consequentemente, melhor, inconsequentemente, chega praticamente ao ponto de negar a participação dos africanos na constituição do português brasileiro:

(...) [os negros e os índios] não tinham prestígio literário porque sua linguagem não os habilitava a isso, não dispunham de prestígio social porque a sua cor, a sua origem e a sua situação econômica os ligava às classes mais humildes da população. Por causa precisamente desta falta de prestígio é que a linguagem adulterada dos negros e dos índios não se impôs senão transitoriamente¹⁰.

A conclusão deste último filólogo revela uma visão racista segundo a qual o branco seria superior ao negro etnicamente e culturalmente, e o negro então não poderia portanto ter participado na constituição de uma língua européia e “cultura” como o português.

Entre prós e contras, trabalhos foram realizados, como os de Arthur Ramos, Florestan Fernandes, Silvio Romero, Roger Bastide, entre outros.

II— O PROJETO PORTUGÊS DE COLONIZAR E EVANGELIZAR

Faz-se necessário entender o contexto histórico que estavam inseridos os africanos, tanto no cenário mundial quanto na colônia portuguesa (Brasil), identificar as condições políticas, sociais e econômicas vividas por estes e as consequentes relações que se pautaram com os mesmos diante do “novo mundo”. Na Europa o modelo feudalista da Idade Média começava a sofrer profundas mudanças estruturais, as navegações marítimas enriqueciam a nova classe emergente, os burgueses. Os feudos eram vencidos pela ascensão da burguesia mercantilista que introduzia o livre comércio e a propriedade privada. Nas cidades e nos campos, aos

⁹<http://www.lai.sv./nolan/papers/Alvarez.doc>

¹⁰ SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, 1963, p. 21

poucos, impõem-se este novo projeto econômico, começava já a surgir um capitalismo com base no trabalho assalariado. Liberalismo emergente. Porém, observa-se que o capitalismo em Portugal não foi do tipo burguês e liberal, mas mercantilista e estatal. Este exemplo nos revela que aquelas mudanças descritas anteriormente não ocorreriam de maneira simultânea e igual entre os países europeus, mas assumiram, em relação a espaço e tempo, formas diversas.

A colonização de países recém-descobertos foi fundamental para fortalecer o mercantilismo. Registra-se a imposição dos países colonizadores proibindo as colônias de possuírem autonomia e avançarem em processos modernos de produção. Voltados então apenas para a produção primária e meramente extrativista. A base deste sistema era o escravismo.

Victor Leonardi em *Árvores e Esquecimentos* adverte a respeito da expansão mercantilista, deixando claro que as colonizações elaboradas por países como Holanda, França, Inglaterra e Portugal, deram-se por meios e modos diferenciados com os povos colonizados:

O mercantilismo em expansão serviu-se das mais variadas formas de dominação, e não apenas da colônia em sua versão clássica e acabada: o estado colonial. O campo de ação aberto para a burguesia européia nascente, a partir das grandes navegações do século XV, foi tão grande que as soluções encontradas para assegurar um tão amplo e diversificado comércio não podem ser reduzidos a fórmulas rígidas. O colonialismo não se manifestou apenas sob a forma por ele assumida na América portuguesa, ou castelhana. Pelo contrário, diante da rápida multiplicação das mercadorias e dos meios de troca, as metrópoles européias acabaram assegurando sua hegemonia por meios dos mais diferentes. Todos eles, porém, com um mesmo conteúdo, buscando um mesmo objetivo: a subjugação dos povos das regiões economicamente interessantes¹¹.

Neste contexto histórico a igreja católica havia contribuído decisivamente com as potências marítimas, principalmente espanhola e portuguesa. Então, nos mundos recém “descobertos”, se instalava o projeto de colonizar as terras e evangelizar os selvagens, ou seja, os índios e os negros. A participação da igreja católica foi pertinente na formação destas colônias. O tratado de Tordesilhas, de 1494, é um bom exemplo: num ato de discórdia entre os países colonizadores o Papa Alexandre VI Borgia manifesta que todo descoberto no oeste do Meridiano pertenceria à Espanha e da região leste a Portugal.

Mas estas ações conjuntas entre igreja e Estado nem sempre se confirmaram da melhor maneira, os mercados financeiros lucrativos e as

¹¹ LEONARDI, Victor. *Entre Árvores e esquecimentos*. Ed. Paralelo 15. Brasília, 1996.

formas de exploração levariam ambas as instituições, muitas vezes, para discórdias.

O Brasil era a mais importante colônia portuguesa, devido aos grandes lucros advindos da agricultura, principalmente da agroindústria canavieira, quando o açúcar constava como um produto do mais alto valor e formava os pilares de um imenso império para os exploradores. Império português que posteriormente com o fim do ciclo do açúcar se fortaleceria com a descoberta e exploração do ouro, e mais tarde com a produção cafeeira (todos estes produtos de imenso valor em suas épocas).

Leonardi descreve ainda tantas outras matérias-primas exploradas e que ajudaram para o acúmulo de riquezas de Portugal, por exemplo, o pau-brasil, óleos, frutos, carnes, látex etc. Uma diversificada gama de fontes de riquezas que para explorá-las os portugueses utilizaram-se dos indígenas e negros como mão de obra escrava por longos séculos, sempre desenvolvendo técnicas, modos e meios, para efetivar seus interesses.

Neste Brasil colônia, sob o poder da coroa Portuguesa, os negros trazidos da África passaram a viver, na grande e esmagadora parcela, sob a condição de escravo, vivendo sob as formas mais extremas de violência. Eram tratados como peça, mercadoria, onde podiam ser vendidos, negociados, leiloados, penhorados, em que muitos chegavam a ser marcados a ferro com a sigla do proprietário. Segundo a professora Lilia Moritz, os fugitivos eram procurados e identificados não só pelas siglas do proprietário marcadas a ferro, mas também pelas cicatrizes que tinham em torno do corpo, resultado das violências praticadas pelos colonizadores. Os subjugados realizaram as mais variadas funções e difíceis tarefas, da extração da matéria-prima aos serviços artesanais, nas roças, nas madeiras, carpinteiros, pedreiros, ao lado de seus senhores como mucamas, amas-de-leite, cozinheiros, condutores de charretes e outras tantas. Sempre com a penetração do negro para dentro da sociedade branca, e vice-versa, aumentando o contato e as trocas simbólicas de culturas e experiências entre os mesmos.

III— DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA: A IDENTIDADE AFRICANA POSTA EM CONFLITO

Dentro de tantas controvérsias em escravizar o negro uma das justificativas dada pelos colonizadores era que estes já serviam como mão de obra escrava dentro da própria África. Mas esta informação é um tanto deturpada, pois a forma de escravidão possuía muitas faces neste continente e não acontecia de maneira sistemática e comercial como fora colocado por Portugal, desejante realmente da existência da escravidão na sua colônia. O fato é que no Brasil houve escravidão de seres humanos praticada por estes senhores, e havia quem os defendesse com oportunismos, aproveitando-se das confusões criadas acerca do tema, como "o jurista Sepulvera, baseando-se no que chamava de 'direito natural', lançando mão da idéia de 'guerra justa', a qual permitia àqueles

que eram 'naturalmente senhores' o domínio sobre os que eram 'por natureza servos'..."¹².

Outra ideia estapafúrdia seria que, assim como os índios, os negros também não possuíam almas, eram inferiores, seres selvagens de civilizações bárbaras, culturas demoníacas e suas línguas objetos imperfeitos; com isto justificavam o direito de os tratarem como animais e escravizá-los. Discurso este difundido por muito tempo para garantir e posteriormente em outras épocas para reafirmar o sistema escravocrata e a imposição dos valores patriarcais da igreja.

Mas nas entranhas deste sistema sempre conviveu as problemáticas e os choques sociais. Do Frei Dominicano Las Casas: "aqueles que afirmam que os índios são bárbaros, responderemos que esses têm aldeias, vilas, cidades, reis, senhores e uma ordem política que, em alguns reinos, é melhor que a nossa"¹³.

Posteriormente, a partir do século XVII, o negro tornou-se estrategicamente uma moeda no capital especulativo de senhores propagandistas e investidores do tráfico comercial negreiro, envolvendo consideráveis quantias em dinheiro, chegando, em certa época, o negócio tornar-se mais lucrativo que a própria cultura do açúcar.

Após a abolição da escravatura e a proclamação da república no Brasil o negro é expulso do campo e de partes centrais das cidades, formando classes excluídas e continuamente marginalizadas, dos quilombos às favelas. Os negros em todos estes períodos, para melhor se adaptarem às novas condições, foram obrigados a aceitarem a cultura de um mundo desconhecido. Passaram a ser obrigados à condição de receptores de outra cultura, valores e línguas, e estas transformações foram profundas. Foram impedidos de viver sua própria cultura, começam a ser desculturizados.

Em *O capital*, quanto à objeção de que a determinação econômica só se aplica ao sistema capitalista e não ao feudalismo ou à antiguidade clássica, onde o catolicismo ou a política teriam tido o principal papel, Marx diz que "a Idade Média não podia viver do catolicismo, nem o mundo antigo da política", mas acrescenta que "é o modo pelo qual a subsistência era assegurada que explica porque num caso a política e, no outro o catolicismo desempenharam o papel principal". Ou seja, a determinação da infraestrutura não se reduz a política e as idéias a fenômenos econômicos. Esse aspecto tem sido qualificado como a "autonomia relativa da superestrutura"¹⁴. Existem por detrás de qualquer relação social confrontos simbólicos, entre interesses pessoais ou coletivos, econômicos e culturais, valores que produzem diferenças entre os seres humanos. Estas relações entre comunidades são de extrema importância para entender não só as condições econômicas e sociais como também linguísticas. Disse Labov: "Para nós, nosso objeto de estudo é a estrutura

¹² Apud. *Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP, Estação Ciência, 1996, p.28

¹³ idem

¹⁴ *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p.29

e a evolução da linguagem no seio do contexto social formado pela comunidade linguística”¹⁵.

Esta conclusão de Labov surge devido a uma nova postura da linguística que entende a língua não como um fenômeno abstrato como pensava Saussure (a língua entendida nela mesma e por ela mesma), mas sendo um fato social, a variação da língua depende das condições externas. Meillet um precursor desta discussão diz que “por ser a língua um fato social, resulta que a linguística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação linguística é a mudança social”¹⁶.

O negro ao ser deslocado da África choca-se com outro mundo, outra realidade que não a sua. Alternaram-se códigos neste caminho, outros valores foram pautados. Contudo, mesmo com o processo de escravismo posto, o negro arrancado de sua terra, apartado de suas famílias, transportado para um “novo mundo”, integrado a uma sociedade hierárquica de classes entre senhores x escravos, destruído o seu antigo meio, sua comunidade aldeã ou tribal, suas organizações políticas, as formas da vida familiar, impedido de usar das estruturas sociais nativas, estes como verdadeiros guerreiros iriam lutar por muitos séculos contra seu apagamento. Roger Bastide observa:

Mas a civilização do negro estava ligada a essa sociedade; ela constituía a expressão autêntica dessa sociedade, seja o seu reflexo como o querem os marxistas, ou a sua fonte viva. E eis que esta civilização era arrancada de sua base morfológica e institucional para flutuar de algum modo no vácuo. Portanto, não corria o risco de desaparecer simultaneamente com a sociedade, nessa transformação radical das antigas condições de vida? De desaparecer também ao mesmo tempo os quadros sociais que até então a condicionavam? Isso porém não é o que se passa; sem dúvida esta civilização precisou adaptar-se aos novos quadros econômicos e sociais, à monocultura, à escravidão, à família do senhor de engenho, mas subsistiu. Tudo se fez como se uma fenda se abrisse entre os diversos níveis da sociologia em profundidade, no estágio dos símbolos, alargando-se para deixar intactas em grande parte as representações coletivas, enquanto desmoronavam as estruturas e as normas que as sustentavam¹⁷.

Mesmo a base econômica determinando a superestrutura, colocando em estado de choque as identidades africanas na colônia, elas resistiriam por muitos anos e então manteriam ainda assim um enorme complexo

¹⁵ In. CALVET, Jean-Louis. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Parábola: São Paulo, 2002, p.32

¹⁶ Idem, p. 16

¹⁷ BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. Ed. São Paulo: Pioneira, 1985, p. 64

cultural de identidades, de valores trazidos da África e como falantes de línguas africanas.

IV– AS LÍNGUAS AFRICANAS FORAM INTRODUZIDAS JUNTAMENTE COM SEUS FALANTES

As chegadas de negros no Brasil constam em momentos diferentes, datas que vão desde o início do século XVI até meados do XIX. Os grupos mais representativos em termos numéricos foram os sudaneses e os bantos. Foram deslocados primeiramente para a província de São Vicente (hoje cidade no estado de São Paulo), da Bahia e de Pernambuco. Posteriormente, encontravam-se nas regiões de Goiás e Minas Gerais e depois em todas as regiões do Brasil. Um dado importante é que dos trazidos, através dos navios negreiros, 20% já morreriam nas viagens.

Há muita confusão em torno deste assunto. Os números não são definidos com precisão. É grande a dificuldade de se encontrar os tais registros. E também porque muitos daqueles foram capturados em diversas regiões distintas da África, e por serem embarcados juntos receberiam o mesmo nome. Por exemplo, aqueles embarcados na costa de Mina eram designados aqui por Minas.

Destaca-se um dado, que parece unânime entre os estudiosos brasileiros. Neste período escravocrata os portugueses trouxeram para sua colônia, o Brasil, a partir do século XVI até 1850, data oficial do fim do tráfico negreiro, cerca de três milhões e seiscentos mil negros oriundos de diversas regiões do continente africano.

Utiliza-se de duas fontes de pesquisa importantes que ajudarão melhor entender da origem dos negros dentro dos respectivos estados africanos e depois suas localizações no mapa brasileiro. Transcreve-se em citações, a primeira retirada do livro *Negras Imagens*, uma compilação de estudos antropológicos elaborados por professores da Universidade do Estado de São Paulo (USP), com organização das professoras Lilia Moritz Schwarcz e Letícia Vidor de Sousa Reis:

Entre os principais grupos, dois se destacam em termos numéricos: Bantos e os Sudaneses. Os Bantos englobam as populações oriundas das regiões localizadas nos atuais Congo, Angola e Moçambique. São os angolas, caçanjes, benguelas e outros. Deste grupo, calculou-se que tenha vindo o maior número de escravo. Foi também o que maior influência exerceu sobre a cultura brasileira, tendo deixado marcas na música, na língua, na culinária e etc. Os bantos se espalharam por quase todo o litoral e pelo interior, principalmente em Minas Gerais e Goiás. Sua vinda começou em fins do século XVI e não cessou até o século XIX. Os Sudaneses englobam os grupos originários da África Ocidental e que viviam em territórios hoje denominados como Nigéria, Benin (ex. Daomé) e Togo. São, entre outros,

os iorubás ou nagôs (subdivididos em Quetos, Ijexá, Igbá, etc.), Jejes (Eué ou Fon) e os Fonte – axantes. Entre os Sudaneses, também vieram alguns de nações islâmizadas como os Haussás e Mandingas. Essas populações se concentraram mais na região açucareira entre Pernambuco e Bahia, e sua entrada no Brasil ocorreu em meados do século XVII até meados do século XIX¹⁸.

E esta segunda:

A presença de línguas africanas no Brasil está diretamente associada ao tráfico de escravos que, por mais de três séculos sucessivos, de 1502 a 1860, introduziu no país por volta de 3.600.000 africanos, de origem diversa: 'sudanese', da região situada ao norte do equador (ciclo da Guiné, século XVI); 'bantos', ao sul do equador (ciclo do Congo e de Angola, século XVII); 'sudanese', novamente, da costa ocidental (ciclo da costa da Mina, início do século XVIII, e ciclo da baía do Benim, meados do mesmo século); no século XIX, chegam escravos de todas as regiões, predominando os originários de Angola e Moçambique (Mattoso, 1982). Não se pode precisar o número das línguas que aqui aportaram, mas sabe-se que na área atingida pelo tráfico são faladas por volta de 200 a 300 línguas, uma pequena parcela do conjunto lingüístico africano que conta com mais de 2000 línguas, segundo o inventário mais recente (Grimes, 1996). Elas são originárias, essencialmente, de duas grandes áreas:

a) área oeste-africana - caracterizada pelo maior número de línguas, tipologicamente muito diversificadas:

- (i) 'oeste-atlântica' (fulfulde, wolof, serer, temne...);
- (ii) 'mandê'(mandinga, sobretudo);
- (iv) 'benuê-congo', principalmente os falares iorubá designados no Brasil pelo termo 'nagô-queto', nupe (tapa), igbo, ijo;
- (v) 'chádicas'(hauçá) e ainda
- (vi) 'nilo-saariana'(canúri).

b) área banto – limitada à costa ocidental (atuais Congo, República do Congo e Angola), e só mais tarde à costa oriental (Moçambique) – caracterizada por um número reduzido de línguas, tipologicamente homogêneas, mas falada por um número maior de cativos: (i) quicongo (H10), falada pelos bacongos, numa zona que corresponde ao antigo Reino do Congo; (ii) quimbundo (H20), falada pelos ambundos, na região central de Angola, correspondendo ao

¹⁸ Apud. *Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP, Estação Ciência, 1996, p.197,198.

antigo reino de Ndongo; (iii) umbundo (R10), falada pelos ovimbundos, na região de Benguela e Angola¹⁹.

V – LÍNGUAS AFRICANAS ENCONTRADAS NO BRASIL

Não há consenso a respeito da quantidade de línguas africanas introduzidas nestas terras, mas sabe-se que vieram de uma área onde havia cerca de 200 grupos etnolinguísticos distintos, perfazendo um total de mais de 2000 existentes no continente africano. Estes “dialetos” já desde sua chegada aqui se encontravam em números bastante significativos:

I-A Arte da língua de Angola, oferecida à Virgem Senhora N. do Rosário, Mãe e Senhora dos mesmos Pretos, pelo P. Pedro Dias da Companhia de Jesus, publicada em Lisboa em 1697, de 48 páginas, é a gramática da língua quimbundo – a primeira sobre essa língua – elaborada a partir da observação da língua utilizada em Salvador pelos escravos oriundos de Angola. Acredita-se que esses seriam numerosos, pois o Padre Vieira afirmava que, nos anos 60, haviam 23 000 escravos africanos catequizados na língua de Angola. Esta gramática destinava-se a facilitar o trabalho dos jesuítas que lidavam com os negros, com o objetivo de facilitar-lhes o aprendizado dessa língua, visto que não havia ainda nenhuma gramática sobre o quimbundo. II- Lingoa geral de Minna, traduzida ao nosso idioma, por Antonio da Costa Peixoto, Curiozo nesta Siencia, e graduado na mesma faculdade: E.º – é o título que aparece no frontispício do manuscrito *Obra Nova da Língua Geral da Mina*, redigido em Ouro Preto, em 1731/1741, por Antonio da Costa Peixoto. Esse documento retrata uma situação lingüística particular, resultante da concentração, no quadrilátero mineiro de ‘Vila Rica’ - Vila do Carmo – Sabará – Rio dos Montes”, de 100 000 escravos, originários da costa do Benim (designada ‘Mina’ e situada, grosso modo, entre Gana e Nigéria). Essa situação deu origem a um falar veicular tipologicamente próximo das línguas africanas dessa mesma costa. Atualmente, as línguas faladas na região de origem dos escravos estão classificadas no subgrupo ‘gbe’, do grupo ‘kwa’, da família Níger-Congo. Nesse subgrupo há uns 50 falares, dos quais os mais conhecidos são ewe, o fon, o gen, o adja, o gun e o mahi...²⁰

Igualmente, naquela outra fonte citada, *Os africanos no Brasil*, Rodrigues afirma ele mesmo ter tido, naquela época, contato audível com as línguas nagô-iorubá, quimbundo, Grunçe, Jeje, Haussá, Kanúri e Tapa.

¹⁹ www.labeurb.unicamp.br/ellb/africanas/linguas

²⁰ Idem.

VI– FATOS E FENÔMENOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A EXTINÇÃO DAS LÍNGUAS AFRICANAS NO BRASIL

Os contatos entre as próprias comunidades linguísticas africanas, estas com outras línguas que não do grupo africano, mais as ações dos estados, tanto do governo da colônia quanto posteriormente do império ou da república, fizeram praticamente desaparecer, no Brasil, os recursos linguísticos da “Mãe África”. Este processo desenrolou-se ao longo de séculos, por muitos fatos isolados, relativos e outros até simultâneos. São casos complexos que variam em tempo e lugar, sem documentações precisas, sem critérios fixos e, novamente, pouquíssimos registros. Extinguiram-se as línguas africanas, e aqui agora as principais hipóteses levantadas:

- a) A aculturação africana: começou no continente africano com os primeiros contatos entre portugueses e africanos a mais de 500 anos atrás.
- b) Separação dos membros das comunidades linguísticas: ocorre o fim da transmissão das línguas e conseqüentemente o esquecimento e as perdas. Suas línguas foram, na grande maioria, usadas apenas através da oralidade; portanto dependia exclusivamente de seus falantes vivos ou que as suas gerações se sucedessem, o que não ocorria devido a estas fragmentações. Ainda, a estimativa de vida dos escravos chegados era na média de apenas sete anos, no que dificultava ainda mais esta transmissão linguística.
- c) Pidgin: depois de separados, misturados nas senzalas, formavam um espaço estreito e aloglota (com diferentes línguas), no que dificultava a comunicação, então são forçados a criar uma língua veicular para suprir esta necessidade.
- d) Crioulização: com o contato entre línguas africanas e a língua portuguesa ocorre trocas linguísticas, formando um canal de aproximação entre estas, prevalecendo a forma sintática do colonizador sobre as chamadas exóticas.
- e) Fenômeno de convergência de línguas gerais africanas: devido a suas fragmentações dentro do sistema escravo, por estarem reduzidas e enfraquecidas, as comunidades linguísticas africanas tendiam a conversões. Iorubá foi língua geral na Bahia e quimbundo no restante do país. As línguas de comunidades islamizadas tendiam a convergir para a língua dos Haússas.

f) Integração (conversão para dentro da língua portuguesa): aqui começa o desaparecimento definitivo das línguas africanas pelos seguintes motivos: a) políticas do estado pela homogeneização da língua oficial e pela unidade político e social do país, através de leis, proibições, repressões, em torno das línguas e das culturas africanas. b) ideologias e atitudes que contribuíram para a inserção do negro na sociedade do dominador (paternalismos, teorias como a do “embranquecimento”, da “democracia racial” etc.).

Segue-se “a mesma rota” dos escravos para facilitar o trabalho de interpretação de como se deu realmente o processo de desaparecimento das línguas africanas no Brasil.

O continente africano por milênios é habitado por distintas nações africanas, das formas tribais nômades, impérios complexos até outros modos de sociedades. Não eram estas almas perdidas implorando para serem capturadas e salvas. Os negros tiveram o primeiro encontro com os portugueses na África e em Portugal, revelando aí os primeiros contatos e trocas linguísticas, como bem observou Roger Bastide: “sabe-se que, em 1550 perto de 10% da população de Lisboa era composta de escravos negros”. A importância é tal que, com este contato, inevitavelmente, ocorre, como ocorreria mais tarde no Brasil, as trocas linguísticas:

Em 1442 Antão Gonçalves levava os primeiros dez negros a Portugal. De 1450 a 1455 o número deles orçava por setecentos ou oitocentos. Posteriormente esse coeficiente aumentou muito, a ponto de surgirem, na literatura, imitações de fala xacoca do negro. Para só falar nos principais, basta lembrar o *Cancioneiro Geral* (ed. De Krausler , I, 1846, pág.172 e III , 1852 , págs.478-9) e Gil Vicente na farsa *O clérigo Da Beira* e nas tragicomédias *Frágoa d’Amore* e *Nau d’Amores. Regateiras de Chiado*. Auto de Vicente Anes Joeira²¹.

É relevante notar a existência de uma complexa relação entre estes dois universos, o português e o africano:

Antigamente vinham para Pernambuco, Maranhão e Pará negros das ilhas de Cabo Verde, de Cacheu e Bissau; atualmente, porém, cessou quase de todo esse tráfico; raramente também são importados escravos do governo de São Tomé, onde é considerável o número de negros livres e onde encontram também escolas para os pretos e um seminário para padres pretos, sob a direção do bispo do lugar²².

²¹ SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, 1963, p.36

²² Idem , p. 16

Segundo Serafim Neto os negros desembarcavam com fortes marcas de influências do português:

Em 1561, no Brasil, os africanos queriam que os jesuítas lhes falassem em português: Serafim Leite, *Historia da Companhia de Jesus no Brasil*, 1938, pág 479. Observa: todavia nota-se que alguns, arrebanhados do interior africano, não sabiam a língua: cp. As expressões negro ladino e negro boçal. Em 1574 esses últimos iam já arranhando o português (serafim leit., hist. II, 353). Os protestantes holandeses doutrinavam aos negros em português (Watjen, *O domínio colonial holandês no Brasil*, 1938, p. 356). Em 1652, passando por Cabo Verde, origem de grande parte de nossos negros, o padre Vieira atestava que 'todos a seu modo falam a [língua] portuguesa'²³.

Victor Leonardi descreve que o contato entre português e o negro africano aconteceu um século antes do descobrimento do Brasil. Analisando um caso ocorrido em Portugal, no ano de 1444, descrito pelo cronista Zuara, revela um importante fato: os membros destas comunidades eram "separados" no sistema escravo, e posteriormente seriam incluídos na sociedade branca através de um paternalismo por parte do colonizador. Este método seria transportado posteriormente para o Brasil colonial. Para Leonardi tal episódio seria interessante para se entender a integração do negro e a formação psicossocial deste nosso país. Primeiro o que diz o cronista Zuara, sobre o que aconteceu no dia 8 de agosto de 1444:

(...) filhos foram separados de seus pais, esposas de seus maridos, e irmãos de irmãs (...). Era impossível realizar essa separação sem uma dor extrema. Pais e filhos enfileirados de lados opostos tentavam correr de novo, em direção uns aos outros, com toda sua força. Mães agarravam os filhos nos braços, e se jogavam ao chão para cobri-los com seus corpos, ignorando qualquer ferimento em seus próprios seres, de forma a que pudessem evitar que seus filhos fossem delas separados²⁴.

Leonardi diz que Zuara descreve a cena como gritante e cruel, mas com "uma satisfação indescritível ao contemplar a salvação daquelas almas. (...) este sentimento de superioridade racial foi uma maneira muito comum de tranquilizar a consciência das elites europeias durante um longo período histórico".

No tráfico de escravos os sujeitos eram capturados e separados de suas famílias e depois embarcados em navios negreiros, trazidos

²³ Idem, p.38

²⁴ LEONARDI, Victor. *Entre Árvores e esquecimentos*. Ed. Paralelo 15. Brasília, 1996, p.136

misturados, grupos linguísticos distintos, vinham homens, mulheres, sacerdotes, agricultores, caçadores, membros de castas hierárquicas, reis, rainhas e, no mesmo navio, também vinham membros de tribos inimigas. Isto servia para fazê-los perder suas referências e conseqüentemente a sua identidade, para depois torná-los escravos; o isolamento de falantes do mesmo grupo etnolinguístico fora feito para interromper a comunicação entre ambos e conseqüentemente neutralizar uma tentativa dos prisioneiros de articularem rebeliões. No Brasil posteriormente eram distribuídos pelas províncias, separados em territórios distintos:

Da mesma forma é verdade que, quando o rei do Daomé enviou uma embaixada para Salvador para que esta cidade lhe assegurasse o monopólio da compra de seus escravos, o governador de então escreveu ao rei Portugal um relatório concluindo pela negativa porque não convém que um grande número de escravos de uma só nação se reúna nesta capitania, poderiam resultar perniciosas conseqüências²⁵.

Após os desembarques eram levados para locais de venda, os mercados, daí distribuídos para todos outros lugares. O critério de divisão estava no preço que cada um adquiria segundo estado de saúde, vigor físico, idade etc. Apenas em 1869 proibiu-se a separação de membros da mesma família, alguns casos, como o marido da mulher e os filhos menores de 15 anos. Relatar o caso da fragmentação, “separação dos membros”, é mostrar como acarretava para os negros a dificuldade de manter vivas as línguas tronco, pois estas eram principalmente passadas via oralidade, de gerações em gerações. Rodrigues:

Na África o mais seguro critério para a divisão étnica é o das línguas. Cada povo que possui uma língua imediatamente inteligível a todos os indivíduos que o compõe, constitui uma nação; e assim como uma nação se compõe de um certo número de tribos, assim também cada língua compreende em si os dialetos dessas diferentes tribos. Donde é forçoso concluir a dependência em que estão o conhecimento e do destino ou sorte dos povos e tribos que se falam²⁶.

Foram divididos para neutralizar a comunicação entre estes, impedir qualquer forma de organização, evitando motins e revoltas e conseqüentemente torná-los passíveis de aquisição da cultura e valores do colonizador. Depois nas senzalas os negros de comunidades linguísticas distintas mesclavam-se num pandemônio. Movimentos que acentuaram para o esquecimento de suas culturas e origens. Problematisa Abdou Sané:

²⁵ Apud. *As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilização*. São Paulo: Pioneira, 1971. p.81

²⁶ Apud. *Os africanos no Brasil*, 1988, p.150

(...) por ser a língua, expressão fundante da condição humana e identitária, emitindo sinais e sons de pertença, os processos de uniformização e padronização de falares anulam ou inibem culturas, performances, experiências sociais. Insidindo nas tradições, percepção do mundo, gestos corporais, inviabilizam identidades, reprimem valores, costumes, modos de viver e de estabelecerem relações entre grupos e seu meio. Neste sentido negam e renegam a própria natureza humana²⁷.

Tal dificuldade de comunicação gerada nestas senzalas, onde se formava um espaço aloglota, com línguas misturadas, proporcionou para que muitas línguas fossem substituídas rapidamente por formas de falares pidginizadas:

(...) pidgin é uma língua veicular formada entre falantes heterogêneos (aloglotas), geralmente do mesmo tronco linguístico que tem como característica não ser a primeira língua de ninguém: 'é, por exemplo, o que se produziu nos deslocamentos de escravos da África para as ilhas: de origens diferentes, misturados nas plantações os negros não podiam se comunicar em sua língua primeira e tiveram de criar para si uma língua aproximativa, um pidgin²⁸.

Sobre o pidgin não se encontrou nenhum registro no Brasil. Porém, salienta-se, pelas circunstâncias descritas anteriormente, da possibilidade desse fenômeno ter ocorrido como mais uma etapa para as perdas linguísticas africanas. Consequentemente, para realizar suas comunicações, tais falantes passariam consequentemente para uma forma crioula. Pois, seguindo as buscas bibliográficas, pode-se testar esta hipótese nos escritos de Pe. Antônio Vieira:

[...] como no Brasil, os de Angola, e os da terra... A língua portuguesa tem avesso e direito: direito é como nós falamos, e o avesso é como falam os naturais... meias línguas, porque eram meio políticas e meio bárbaras: meia língua, porque eram meio portuguesas e meio de todas outras nações que as pronunciavam ou mastigavam ao seu modo²⁹.

A crioula é resultado de um fenômeno social: "para alguns, um crioulo é um pidgin que se tornou língua veicular (isto é a língua primeira de uma comunidade)"³⁰. Para Calvet a hipótese que fala de aproximações

²⁷ SANÉ, Abdou. Universidade Federal de Santa Catarina. *A política sociolinguística do Brasil: uma visão política do falar interétnico*. Florianópolis, 2002. 69 f. Dissertação (Mestrado), p. 3

²⁸ CALVET, Jean-Louis. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Parábola: São Paulo, 2002, p. 51 e 52.

²⁹ Apud. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, 1963, p.49.

³⁰ Apud. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Parábola: São Paulo, 2002, p.55.

de Robert Chaudenson é convincente, porque a emergência do crioulo implicaria no encontro entre o grupo dominante e o minoritário, estes últimos sem uma língua comum.

Cabo Verde foi um dos principais locais (portos) estratégicos no antigo tráfico de escravos, trazidos de vários pontos do continente africano. Daí para serem distribuídos nas respectivas colônias portuguesas. Acontecia então já neste lugar o encontro entre o português com as várias línguas da África, comunidades aloglotas vindas principalmente da parte Ocidental. Os negros contribuíram fortemente para o povoamento desta ilha, donde surgiria, a partir de tal encontro entre o português e africano, a língua crioula, quiçá algo parecido com que se encontrou no Brasil do período da colonização. A crioulação foi um caso muito pouco reconhecido no Brasil pela falta estudos e documentos para comprovação. Ressalva-se, por Serafim:

Originários de possessões lusitanas, esses negros já falavam, certamente, um dialeto crioulo-português, pois a nossa língua foi geral nas costas da África durante os séculos XV, XVI e XVII. Infelizmente ainda não se descobriu nenhum documento do linguajar que eles falavam, no Brasil, nos primeiros séculos. Só conhecemos um texto que é claramente imitação da fala de um negro. Está em Silvio Romero, Silvio: *CANTOS POPULARES DO BRASIL*, 2^o ed, pág.183, e é aqui apresentado como tal pela primeira vez.

1-Ô boi , dare de banda ,
Xipaia essa gente,
Dare p'ra frente...

5-Vem mai p'ra baxo,
Roxando no chão
E dá no pai Fidere ,
Xipanta Bastião...
Vem p'ra meu banda³¹.

Notadamente, acentua o desaparecimento das variedades linguísticas africanas quando estas passam pelo fenômeno de conversão às línguas gerais, faladas pela grande maioria dos escravos que aqui já estavam. Na Bahia o iorubá tornou-se a língua geral, em outros estados brasileiros a língua quimbundo assumiu essa relevância:

De fato, ninguém iria supor que falassem a mesma língua todos os escravos pretos. Antes, no número das importadas, na infinita multiplicidade e matizes dos dialetos, elas eram tantas que, num exagero quase desculpável, se poderiam dizer equivalentes em número ao dos carregamentos de escravos lançados no país. Em tais condições, tornou-se uma

³¹ Apud. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, 1963, p. 38

necessidade imperiosa para os escravos negros adotar uma língua africana como língua geral, em que todos se entendessem³².

Convergiam para um fortalecimento enquanto comunidade, para reparar perdas causadas pelas fragmentações:

(...) já o Vicente de Porto Seguro tinha assinalado com precisão o papel da língua geral desempenhado na Bahia pelo nagô, 'Os negros mais conhecidos no Brasil eram os provindos da Costa de Mina, donde eram o maior número que entrava na Bahia e que ficava fronteira e com muí fácil navegação, motivo porque nesta cidade, tantos escravos aprendiam menos o português, entendendo-se uns com os outros em nagô'³³.

Acorreram igualmente casos de conversões entre línguas de comunidades afroislamizadas para dentro da língua dos Haussás, muito usada na África. Porém, também estas, por último, convergiram para a língua geral nagô: "não é fácil compreender como uma língua, assim, dotada, pudesse ter sido suplantada no Brasil pelo nagô na preferência para a língua geral dos escravos negros"³⁴:

Destarte, ao desembarcar no Brasil, o negro novo (recém chegado, que não sabia a língua, nem conhecia os costumes da terra) era obrigado a apreender o português para falar com os senhores brancos, com os mestiços e os negros crioulos, e a língua geral para se entender com os parceiros ou companheiros de escravidão³⁵.

A religiosidade foi outro canal para as convergências. Na umbanda havia traços africanos ocasionados pelo sincretismo religioso entre negros, índios e portugueses, mas hoje nos rituais fala-se apenas em português; já no candomblé, ao contrário, ainda há muito daqueles traços, principalmente do nagô-iorubá. Este aspecto religioso teve grande importância como foco de resistência para os negros contra perseguições³⁶.

Nos quilombos, outro foco de resistência, com a concentração de fugitivos escravos de diferentes lugares, concomitantemente falares se convergem às línguas gerais, como ocorreu no caso da comunidade do Cafundó (SP).

³² RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. Ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988, p.122, 123

³³ Idem, p.130

³⁴ Idem, p.140

³⁵ Idem p. 123

³⁶ In. TRINDADE-SERRA, Ordep José. *Dois estudos afro-brasileiros*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1988.

O sistema escravocrata era tão cruel e gritante que os negros não teriam qualquer alternativa a não ser integrar-se à cultura e à língua do colonizador. Estavam condicionados a aceitar os fatos como meio mais seguro para suas sobrevivências.

VII– A extinção das línguas africanas no Brasil efetivou-se pelo processo histórico de perseguição e repressão, resultado do projeto de implantação do monolinguísmo português

A implantação do português como língua oficial no Brasil foi forçada. Aquelas comunidade sofreram muitas perseguições e repressões, incluindo ao que tange seus valores culturais e linguísticos. Tudo para homogeneizar o estado socialmente e politicamente sob seus modelos de dominação. A ideia de monolinguísmo não é recente, existe desde o princípio da colonização. Os colonizadores tentaram por séculos homogeneizar o país socialmente e linguisticamente, pois enfrentavam muitas dificuldades para inserir-se como nação dominante junto aos índios. Faltava-lhes a comunicação. Padre Vieira descrevia a região amazônica como sendo a “babel amazônica”³⁷. Isto dificultava o entendimento e as relações entre colonizador e colonizado. Esta situação iria piorar a partir do início do século XVII com a chegada dos africanos e suas línguas igualmente estranhas ao português:

(...) a evolução histórica dos povos revela que o idioma comum constitui-se em freqüente colaborador na integração social. Entretanto, a homogeneização de idioma das colônias hispano-americanas não impediu a sua fragmentação política em diversos países. Mas, no Brasil há muito fazendo parte da tradição, o idioma comum era entendido como símbolo e um instrumento de integração social, pela facilidade de contato cultural que propicia (Fiori,1991:112)³⁸.

Após a expulsão dos jesuítas do Brasil, deflagrando os interesses díspares e divergências entre Estado e Igreja, os índios passaram ao domínio dos diretórios, que duraram até 1789, e controlados pelo Marquês de Pombal. Este ajuda a coroa portuguesa a instaurar uma ampla campanha para eliminar a “língua geral”, uma variante da comunidade tupinambá, do tupi-gurani, que fora utilizada como língua veicular entre índios e brancos. Todavia, registrava-se desde o ano de 1727 uma lei portuguesa que interditava o uso do tupi-gurani como sendo uma tentativa de impor o português.

Com a vinda da família real em 1808 o país abre suas fronteiras para comercialização internacional, e institui planejamentos e obras importantes para o país, como as universidades, portos, bibliotecas, entre

³⁷ Freire, Bessa. “da ‘fala boa’ ao português na amazônia brasileira”, (fonte desconhecida)

³⁸ Apud. *A política sociolinguística do Brasil: uma visão política do falar interétnico*. Florianópolis, 2002. Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado), p.8

outras medidas; muitas destas para abrigar a corte e seus convidados (20.000 vieram junto com a corte). A partir daí

(...) o governo português impunha o monolíngüismo da língua padrão em todo sistema de ensino e na administração, interditando sistematicamente o uso de outras línguas. Com a presença da corte portuguesa no Brasil, esse controle ficou mais forte³⁹.

A repressão em torno das comunidades linguísticas efetivou-se através de múltiplas ações dos estados. As línguas indígenas foram dizimadas juntamente com seus falantes neste longo processo. Desde a vinda da primeira missão dos padres jesuítas em 1549 que tinham por objetivo catequizá-los, melhor, “civilizá-los” à moda europeia, com interesse religioso e político — igreja e estado. Alguns métodos (outros não) vão-se até os dias de hoje, um aniquilamento sistemático de comunidades linguísticas indígenas. Hoje existem apenas cerca de 180 línguas indígenas de um total de mais ou menos 800 línguas que havia antes da chegada dos portugueses. Todas estas, mais as línguas africanas grunche, kanúri, tapa, jeje quimbundo, iorubá, entre outras, passaram, outras ainda passam, pelo processo de homogeneização, glotocídio, assassinato de línguas, através de políticas repressivas de exclusão e aniquilamento.

Naquele mesmo ano de 1808, o Rei D. João criou a Secretaria de Polícia e organizou a Guarda Real de Polícia, nomeado para a chefia, o Major Nunes Vidigal, perseguidor implacável dos candomblés, das rodas de samba e capoeiras. Estas perseguições transcorreriam até meados do século XX.

A busca pela unificação das línguas em torno do português embutia uma estratificação social de sujeitos e de línguas. Por este viés que as línguas minoritárias, como indígenas e africanas, passaram de línguas naturais a dialetos marginalizados e estigmatizados pela cultura dominante:

[...] o discurso colonial se encontra sempre pelo menos duplamente inscrito e é nesse processo de *différence*, ao negar a ‘originalidade’, que o problema do sujeito colonial deve ser pensado. Ao se dirigir à questão do etnocentrismo em termos de Derrida, pode-se explorar o exercício do poder colonial em relação à hierarquia violenta estabelecida entre as culturas escrita e oral. Pode-se examinar, no contexto da sociedade colonial, aquelas estratégias de normalização que desempenham uma diferença entre uma linguagem normativa ‘oficial’ da administração e instrução coloniais e uma forma não marcada, marginalizada— pidgin, crioula, vernacular — que se torna o lugar da dependência e

³⁹ Idem.

resistência culturais o sujeito nativo e, como tal, um signo de vigilância e controle⁴⁰.

A imposição da língua escrita como uma prática nas repartições, nas escolas etc., e como critério de inserção social, seria fundamental para estigmatização e o desuso das línguas minoritárias, muitas realizadas somente pela prática oral. Em outra entrevista Yeda Castro levanta a questão do prestígio da escrita em relação as línguas africanas:

A resistência para tratar de questões relativas às línguas africanas no Brasil começa, antes de tudo, pelo prestígio atribuído à escrita em detrimento da oralidade, a partir de uma pedagogia vigente no mundo ocidental, que sempre privilegiou o ler e o escrever diante da não menos importante e mais antiga arte do falar e do ouvir⁴¹.

Outro meio usado para expandir o português no Brasil estava nas imigrações de europeus e principalmente de portugueses para “pulverizar” a língua portuguesa neste território “selvagem”. Este método foi usado tanto no início da colonização como até mesmo depois da proclamação da república do Brasil (1989), época que praticamente culminava com fim da escravidão através da lei Áurea de 1888. O país precisava, neste período, pensar um novo modelo de estado. Cria-se (inventa-se?) então uma teoria exclusivamente brasileira, do “embaquecimento”, que procuraria minimizar o confronto entre brancos e negros. Formulada por alguns e aceita por muitos, de 1889 a 1914, procurava basear-se em conceitos científicos, extremamente etnocêntricos e racistas. Excluía mais e incluía menos. Mas desta fez-se uso para, em discurso, legitimar a língua europeia como superior, descrevendo as comunidades de origens indígenas e africanas como inferiores. Porque dizia ser superior aquele que descenda de raça “pura”, branca. Observa Thomas E. Skidmore:

(...) a tese do embaquecimento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos raças ‘mais adiantadas’ e ‘menos adiantadas’ e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser inferioridade inata. (...) Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação a branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças, e a desorganização social. Segundo – a miscegenação produzia ‘naturalmente’ uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros do que elas⁴².

⁴⁰ Apud. *A política sociolinguística do Brasil: uma visão política do falar interétnico*. Florianópolis, 2002. Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado)

⁴¹ In.: <http://www.lai.sv./nolan/papers/Alvarez.doc>

⁴² Apud. *A política sociolinguística do Brasil: uma visão política do falar interétnico*. Florianópolis, 2002. Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado), p.22

Segundo Abdou Sané, esta proposta não se concretizou como ciência propriamente dita, porém teria sido um instrumentíssimo para refutar e estigmatizar as culturas minoritárias:

o racismo científico da época, como é deveras conhecido, ocupava-se em dar um tom de ciência às afirmativas que se posicionavam pela desigualdade das raças. Nesse contexto, o homem branco 'puro', ou seja, que não apresentasse mesclas de sangue era reconhecido como o tipo racial perfeito, modelo eugênico. Esse era o caso de toda raça branca diante da qual, as outras, por serem destituídas dessa pureza racial, deveriam aceitar a liderança⁴³.

Gilberto Freire em *Casa-Grande & Senzala* (1933) dá um novo conceito de integração racial, a "brasilidade". Muito discutido e posteriormente questionado por talvez apresentar traços etnocêntricos. Conceito de "democracia racial" que incluía portugueses, índios e negros como corresponsáveis para a formação da "raça brasileira". Ou seja, o Brasil era formado pela tríade: negros, índios e portugueses, caracterizando um estado miscigenado. Contudo, estes apontamentos também se baseavam na teoria científica positivista. Pensamento reducionista que eliminava as diferenças internas e externas de qualquer comunidade, resumindo as diversas identidades em apenas uma, algo que obviamente não daria certo. Neste período o negro em quase sua grande maioria encontrava-se nas cidades, constituindo uma classe marginalizada, porque de fato a proclamação social, política e econômica não acontecia para todos. Linguisticamente as "minorias" já se encontravam como falantes de língua portuguesa.

Getúlio Vargas em 1930 alcança o poder e ficaria até 1945. Na condição de presidente da República instaura o Estado Novo sob a égide de modernizar o país e levá-lo ao progresso. Exerceu-se pelo autoritarismo, nacionalista e populacionista:

O nacionalismo ganha ímpeto e o estado se firma. De fato, é ele que toma a si a tarefa de construir a nação [...] No plano cultural e da ideologia, a proibição do ensino em línguas estrangeiras, a introdução da disciplina Moral e Cívico, a criação do departamento de Imprensa e Propaganda (que tinha a seu cargo, além da censura, a exaltação das virtudes do trabalho) ajudam a criar um modelo de nacionalidade centralizado a partir do Estado⁴⁴.

⁴³ Idem, p. 21

⁴⁴ Apud. *A política sociolinguística do Brasil: uma visão política do falar interétnico*. Florianópolis, 2002. Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado), p. 24

Hoje a língua majoritária no Brasil é o português, oficialmente padrão, de conceito tradicional, falada pela esmagadora maioria da população. Mas este não é um país monolíngue, ainda existem aqui cerca de 200 línguas entre autóctone (língua nativa) e alóctone (língua estrangeira), portanto, plurilíngue:

As pessoas que têm línguas maternas minoritárias no Brasil constituem apenas 0,5% da população total do país, cerca de 750.000 indivíduos. Deste contingente a maior parte, 60%, fala a que é a segunda língua do Brasil em termos demográficos- o japonês. Os 40% restantes, cerca de 300.000 pessoas, distribuem-se pelas outras línguas minoritárias asiáticas (chinês, coreano, árabe, armênio, etc.) e européias (alemão, italiano, polonês, grego moderno, húngaro, ucraniano, lituano, etc.) e pelas línguas indígenas⁴⁵.

O plurilinguismo é uma característica que ocorre na grande maioria dos países:

cerca de 7000 línguas diferentes no mundo distribuídas em menos de 200 países, no que nos dá uma média de mais de trinta por país... Num clima de concorrência frequente entre línguas e formas de comunicação, tudo aponta para o plurilingüismo, conceito complexo, que, como mostra o linguísta francês Calvet (2001), é também, intrinsecamente, um fenômeno de 'estratificação', até mesmo de 'exclusão' ou de 'inclusão', do qual muito se valeram os estados nacionais⁴⁶.

Determinadas ações ideológicas, morais e até físicas contra comunidades linguísticas minorizadas são oriundas da história econômica e social de cada lugar. As políticas linguísticas elaboradas até hoje foram aplicadas pelas elites centenárias para fins unicamente de dominação:

(...) sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles a Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe⁴⁷.

⁴⁵ www.comconciencia.br/reportagens/linguagem

⁴⁶ Apud. *A política sociolinguística do Brasil: uma visão política do falar interétnico*. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado), p. 3

⁴⁷ Idem.

Políticas linguísticas que atuam muito fortemente sobre as línguas minoritárias. Luiz Percival Leme Britto:

Achard, em artigo em que dissera sobre os processos de construção histórica do que chama de 'ideal monolíngüe', identifica uma relação direta entre a escolha de uma variedade e sua normatização e gramatização como estratégia de estabelecimento de uma língua nacional. A conclusão a que se chega evidencia que este mecanismo de uniformização tem evidente intenção político-ideológico dentro do ideal burguês de nacionalidade: 'A língua, promovida a critério de identidade, é tratada de certa maneira como a alma das nações e, independentemente de qualquer julgamento de valor, procede do que os positivistas do século XIX designavam com o termo metafísico: a suposição de uma essência das nações, da naturalidade de povos e das sociedades'⁴⁸.

VIII— SOBREVIVÊNCIAS LINGUÍSTICAS DAS COMUNIDADES AFRICANAS

E, então, devido às repressões, os falantes oriundos da África, no Brasil, passaram obrigatoriamente a usar a "língua do príncipe", ou, as suas línguas em códigos e em grupos específicos, como a linguagem-ritual usada nos cultos de origem afro e afrobrasileiro, e também como "língua secreta", usadas, por exemplo, nos quilombos ou nas comunidades de Cafundó em São Paulo e Tabatinga em Minas Gerais.

Não se encontrou registro de nenhuma daquelas línguas africanas introduzidas no período colonial sendo praticada em "forma plena", ou seja, as referidas representações linguísticas existentes hoje estão em grupos pequenos e com um número de léxico bastante reduzido:

I— Os cultos de tipo "candomblé" das diferentes "nações" (nagô-quetu, jeje, angola) utilizam diversas línguas: iorubá, em todos os cultos e principalmente na nação nagô-quetu; ewe-fon, nos cultos jeje; quimbundu e quicongo, no candomblé de Angola. No Maranhão, no tambor de mina, há um misto de língua mina-nagô.

II— Nos cultos de umbanda — religião brasileira formada do encontro de cultos africanos e tradições indígenas com o espiritismo e o catolicismo — fala-se português brasileiro 'popular', com vocabulário, semantismo e traços morfossintáticos particulares, próprios da 'entidade' incorporada pelo médium no estado de transe. (Bonvini & Petter, 1998:78).

⁴⁸ BRITTO, Luiz Percival Leme. *A sombra do caos: ensino de língua X tradição gramatical*. Campinas: ALB, Mercado de Letras, 1997.

III— por comunidades negras rurais, como forma de resistência cultural foi registrado por duas obras: uma sobre a linguagem do Cafundó, em São Paulo (Vogt & Fry, 1996) e outra a respeito da linguagem da Tabatinga, em Minas Gerais (Queiroz, 1998). Em Minas Gerais há menções sobre situação semelhante no povoado de Milho Verde e em Capela Nova (Queiroz, 1998:32).

IV— (...) Vogt & Fry relatam a existência em Patrocínio (MG), de uma 'língua' identificada como calunga, com um léxico bastante semelhante ao do Cafundó, mas com um uso bastante distinto: ela é falada por brancos e negros, indistintamente (1996:234-255)... Não há outra notícia de 'língua africana' semelhante⁴⁹.

Observação:

As comunidades do Cafundó e de Tabatinga mantiveram um reduzido léxico de origem banto que se atualiza dentro da estrutura sintática do português. Este uso se alterna com o falar do português local nas situações em que os interlocutores desejam ocultar de estranhos o conteúdo de suas mensagens.

IX— A COMUNIDADE DO CAFUNDÓ

Uma equipe de jornalistas registrou a existência de uma comunidade remanescente de escravos negros. Mais precisamente trata-se da comunidade do cafundó, um bairro localizado no município de Salto de Pirapora, doze quilômetros dessa cidade, e cento e cinquenta da capital São Paulo.

(...) a sua 'descoberta' é recente. Data de 1978. Para ser mais exato, dia 10 de março de 1978, quando lá estiveram os primeiros jornalistas. As primeiras notícias apareceram no jornal *Cruzeiro do Sul*, de Sorocaba, e no *O Estado de São Paulo* no dia 19 de março do mesmo ano. Nesse dia também estivemos no cafundó pela primeira vez⁵⁰.

Cafundó é o que se pode chamar de uma comunidade quilombola. Seus integrantes utilizam dois dialetos: o português "caipira" e outra "língua africana", quiçá de origem Banto, com léxico da língua quimbundo, e que os falantes designam como sendo a língua cupópia:

⁴⁹ www.labeurb.unicamp.br/ell/africanas/linguas

⁵⁰ www.comciencia.br/reportagem/linguagem

Mas esta língua surge em outra comunidade, na fazenda caxambú, localizada em Sapuraí cerca de 6 km de cafundó. Esta fazenda pertencia em 1872 a um certo Salvador de Almeida Leite, que fez um testamento em que ele declarava ser solteiro e não ter filhos e assim ele dava liberdade a seus escravos bem como lhes deixava a Fazenda Caxambu com tudo que havia nela. Em 1879 ele morre, e o testamento foi cumprido, ficando a fazenda para os negros que ali se encontravam, e passaram de escravos a proprietários. Com a liberdade adquirida, os ex-escravos começaram a produzir e trabalhar em suas próprias terras e em momentos de descontração promoviam festas e bailes que atraíam pessoas de região próximas, de fácil contato como Cocais, Congonhas e Cafundó. Foi nesta fazenda, por intermédio destes encontros, que os antigos escravos começaram a falar no século 19 uma fala cheia de palavras africanas que eles chamavam de 'cupópia'⁵¹.

A inserção desta língua para a comunidade de cafundó teria ocorrido devido a casamentos entre membros de ambos os grupos, sendo que

no Cafundó, há duas famílias: uma descendente de Antônia e outra descendente de Ifigênia. Caetano Manuel de Oliveira do Caxambu casou-se com Ifigênia do Cafundó, dando início ao relacionamento entre as duas comunidades negras. Isto explica o fato de ser a "cupópia" cafundoense falada apenas pelos Caetano, descendentes de Ifigênia⁵².

Segundo informações não há mais descendente algum na região da antiga fazenda de caxambu, seus membros se deslocaram para a comunidade do cafundó e outras comunidades próximas:

O pesquisador austríaco Gerhard Kubik, com uma tese difusionista, baseada em semelhanças mecânicas de vocabulário, de comportamento, de sons, de construção, de formas de trabalho etc..., faz do cafundó uma verdadeira 'aldeia angolana', tão angolana que ele não hesita escrever, conforme anotação do mesmo jornalista Tomazela em O Estado de São Paulo em 9 de fevereiro de 1991: 'o desaparecimento da identidade cultural pela mistura de negros de diversas origens no Brasil é uma tese que caiu por terra com a descoberta da aldeia'⁵³.

Uma das hipóteses da comunidade linguística do Cafundó ter sobrevivido por todo esse tempo foi o uso da língua africana intrinsecamente ligada aos cultos religiosos e pelo fato dos falantes desta

⁵¹ www.cupopia.hpg.com.br

⁵² Idem

⁵³ www.comconciencia.br/reportagens/linguagem

comunidade ter utilizado a língua portuguesa – caipira para o uso externo, preservando a língua de origem africana ao uso interno.

EPÍLOGO

Todo um conjunto complexo de identidades foi posto em conflito. Porque os sistemas de dominação precisavam “metamorfoseá-los, remodelá-los” para os novos códigos, social, político e econômico. Os negros foram obrigados a abandonar suas bases morfológicas, de cultura, de costumes, de origens africanas. Tudo para se adaptarem, melhor, salvarem-se dentro de estruturas cruéis que se seguiram até mesmo após a abolição. Foram violentados fisicamente e moralmente. Soma-se a isso o preconceito racial. Pesquisa do ano de 1998 realizada por pesquisadores da USP – Universidade do Estado de São Paulo:

Você tem preconceito racial?

97% disseram não
2% disseram sim

Você conhece alguém que tenha preconceito racial?

98% disseram sim
2% disseram não

Conclusão: “Todo brasileiro se sente como uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados”⁵⁴.

“Ora, as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes”⁵⁵. As estratificações linguísticas são resultado da estratificação social entre as comunidades, algumas são privilegiadas e outras não.

⁵⁴ Apud. *Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP, Estação Ciência, 1996, p.197,198.

⁵⁵ Apud. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Parábola: São Paulo, 2002.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- BESSA FREIRE, José. "Da "fala boa" ao português na Amazônia Brasileira". In: *Ameríndia*, nº 8, 1983.
- BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. Ed. São Paulo: Pioneira, 1985.
- BASTIDE, Roger. *As Américas negras: as civilizações africanas no Novo Mundo*. São Paulo: Difel, 1974.
- CALVET, Jean-Louis. *Sociolingüística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábolo: 2002.
- FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. 111p.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Ed. São Paulo: Ática, 1978. 2 v.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1998. 569p.
- LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos: historia social nos sertões do Brasil*. Brasília: UnB: Paralelo 15, 1996. 431p.
- SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, 1963.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald; MELATTI, Julio Cesar; FERNANDES, Florestan. *Radcliffe-Brown: antropologia*. Ed. São Paulo: Atica, 1995. 193p.
- RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. Ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988. 283p.
- SANÉ, Abdou. *A política sociolinguística do Brasil: uma visão política do falar interétnico*. Florianópolis, 2002. 69 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; REIS, Leticia Vidor de Sousa. *Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP, Estação Ciência, 1996. 236p.
- TRINDADE-SERRA, Ordep José. *Dois estudos afro-brasileiros*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1988. 63p.

NOTA SOBRE O AUTOR

Evandro Rodrigues nasceu em Ijuí (RS). Mestre em literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina e editor responsável da Katarina Kartonera.

Editora alternativa e ecologica

Os livros da Editora Katarina Kartonera são basicamente feitos à mão, exclusivos, frutos de uma consciência político-social de inclusão, que recicla materiais, como os papelões, recuperando-os ecologicamente e vinculando na produção e comercialização a participação de escritores, catadores e interessados por confecções de livros artesanais.



Katarina kartonera

Coleção de poesias e narrativas contemporâneas

KK001 ***Ficou gemendo pero ficou sonhando***

(transcruz&sousainvencione al portuñol selvagem), Douglas Diegues, 2008; KK002. ***O Sexo Vegetal***, Sérgio Medeiros, 2009; KK003. ***Peças Sintéticas***, Dirce Waltrick do Amarante, 2009; KK004. ***O Gato Peludo e o Rato-de-Sobretudo***, Wilson Bueno, 2009; KK005. ***Contos Maravilhosos***, Kurt Schwitters (Tradutores: *Maria Aparecida Barbosa, Walter Sille Krause, Heloísa da Rosa Silva, Gabriela Nascimento Correa*), 2009; KK007. ***A Carne do Metrô***, Rodrigo Lopes de Barros, 2009; KK008. ***Sempre, Para sempre, lá e cá***: Poemas de Velimir Khlébnikov (Trad. Aurora Bernardini), 2009; KK009. ***Ventri Loca***, Alai Diniz, 2009; KK010. ***Arte e Animalidade***, Coleção de textos sobre arte e animalidade. Organizadores: Ana Carolina Cernicchiaro, Evandro Rodrigues e Sérgio Medeiros, 2009; KK011. ***Os Chuvosos***, Wilson Bueno, 2009; KK012. ***Fio no Pescoço***, André do Amaral, 2009; KK013. ***Lo que ocurre en silencio***, Andrew Bernal Trillos, 2010; KK014. ***Las Putas Drogas***, Cristino Bogado, 2010; KK015. ***Triplefrontera Dreams***, Douglas Diegues, 2010; KK016. ***Bafo e cinza***, Sérgio Medeiros, 2010. KK017. ***Dez Romances Breves***, Luiz Roberto Guedes, 2010; KK018. ***Mulher Asfalto***, Alain-Kamal Martial (Trad. e adapt. Lucrécia Paco), 2011; KK019. ***Figurantes***, Sérgio Medeiros, 2011; KK020. ***Inferno de bolso***, Eloésio Paulo, 2011; KK021. ***Trajeto Kartonero***, Evandro Rodrigues, 2011. KK022. ***Poços***, Wiliam de Oliveira, 2012; KK023. ***Xupando Xilokona — xô®xêka — miniantolojia autoerôtika provisoria***, Jorge Canese, 2012; KK024. ***Anúncios***, Adolfo Montejo Navas, 2012; KK025. ***As metades do corpo***, Ricardo Aleixo, 2012; KK026. ***Receitas***. LEAR, Edward (Trad. Dirce Waltrick do Amarante), 2012.